

REVISTA DA

AN PE GE

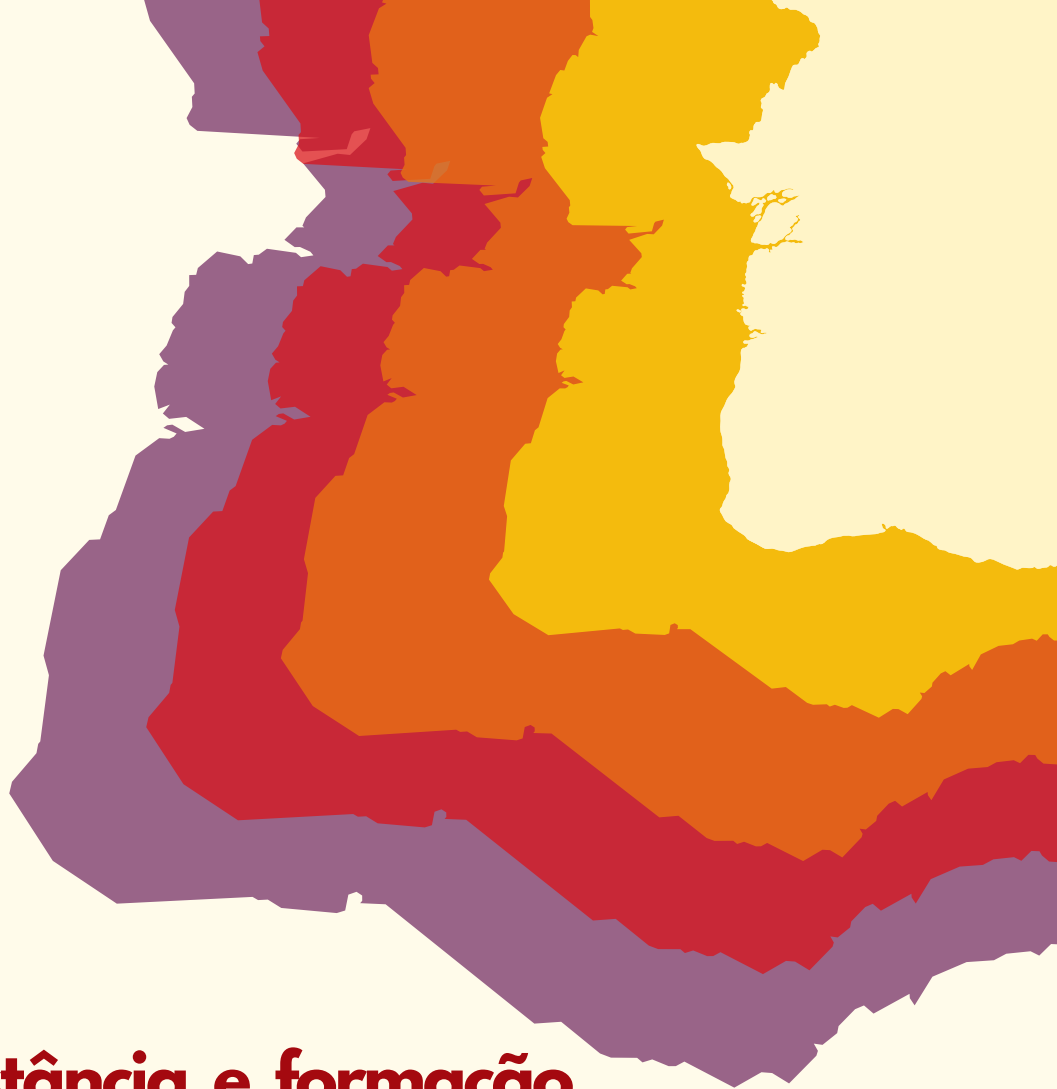
ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



Educação à distância e formação docente em geografia: um olhar a partir da geografia da educação

Distance education and teacher training in geography: a look from the geography of education

Educación a distancia y formación docente en geografía: una mirada desde la geografía de la educación

DOI: 10.5418/ra2024.v20i41.17861

EDUARDO DONIZETI GIROTTO

Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP)

V.20 n°41 (2024)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: Neste artigo, analisamos os microdados do Censo da Educação Superior de 2022, com o intuito de identificar o total de cursos em formação docente em geografia na modalidade EAD no Brasil, sua espacialização e o perfil dos ingressantes matriculados. Os dados indicam expansão da oferta de cursos EAD, com o predomínio da iniciativa privada no gerenciamento desta oferta. Sobre o perfil dos estudantes, não é possível indicar que os cursos de formação docente em geografia na modalidade EAD atingem os mais vulneráveis. Ao contrário, os dados indicam que tais estudantes estão em maior número nos cursos cuja oferta é presencial e pública, cuja espacialização é mais equitativa se comparada aos cursos privados, o que pode ser compreendido como resultado do processo de interiorização do ensino superior público no Brasil.

Palavras-chave: educação à distância; formação docente; geografia da educação.

ABSTRACT: In this article, we analyze microdata from the 2022 Higher Education Census, with the aim of identifying the total number of courses in geography teacher training in the distance learning modality in Brazil, their spatialization and the profile of those entering and enrolled. The data indicates an expansion in the offer of distance learning courses, with the predominance of the private sector in managing this offer. Regarding the profile of students, it is not possible to indicate that teacher training courses in geography in the distance learning modality reach the most vulnerable. On the contrary, the data indicate that such students are in greater numbers in courses offered in-person and public, whose spatialization is more equitable compared to private courses, which can be understood as a result of the process of internalization of public higher education in Brazil.

Keywords: distance education; teacher training; geography of education.

RESUMEN: En este artículo, analizamos microdatos del Censo de Educación Superior de 2022, con el objetivo de identificar el número total de cursos de formación de profesores de geografía en la modalidad a distancia en Brasil, su espacialización y el perfil de los ingresantes y matriculados.



Los datos indican una expansión en la oferta de cursos a distancia, con predominio del sector privado en la gestión de esta oferta. En cuanto al perfil de los estudiantes, no es posible indicar que los cursos de formación docente en geografía en la modalidad a distancia lleguen a los más vulnerables. Por el contrario, los datos indican que dichos estudiantes se encuentran en mayor número en carreras de oferta presencial y pública, cuya espacialización es más equitativa respecto a la privada, lo que puede entenderse como resultado del proceso de internalización de la educación superior pública en Brasil.

Palabras clave: educación a distancia; formación de profesores; geografía de la educación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A publicação dos dados do Censo da Educação Superior de 2022 pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicou crescimento contínuo das matrículas em cursos de graduação na modalidade de Educação à Distância (EAD), sendo este um crescimento contínuo desde 2012. Um dos diferenciais dos dados publicados em 2022 diz respeito ao fato de que, neste ano, o número de ingressantes em cursos de graduação EAD é mais do que o dobro daquele verificado em graduações presenciais. Apesar dos dados indicarem esta incidência, cada vez maior, da EAD na dinâmica do Ensino Superior no Brasil, ainda são escassos os estudos que visam compreender os seus impactos na dinâmica da formação de professores de geografia.

Assim, o presente artigo tem como principais objetivos identificar o total de cursos em formação docente em geografia na modalidade EAD no Brasil, sua distribuição espacial e o perfil dos ingressantes e matriculados, buscando problematizar o que este conjunto de dados pode indicar sobre o futuro da formação docente em geografia no país. Para tanto, partimos da revisão da literatura sobre esta temática com o intuito de compreender as principais investigações já desenvolvidas, buscando correlacionar com as pesquisas que têm como pressuposto teórico-metodológico a Geografia da Educação, campo de pesquisa que tem se consolidado recentemente no país, além da análise dos microdados disponíveis no Censo da Educação Superior de 2022.

O texto está organizado em três momentos: no primeiro apresentamos uma breve revisão da literatura, discutindo como o tema da formação docente em EAD tem sido abordado tanto nas pesquisas em Educação quanto naquelas relacionadas à Geografia. Neste segundo item, interessa-nos verificar a existência de investigações sobre esta temática que poderiam ser classificadas como pertencentes ao campo da Geografia da Educação.

O termo Geografia da Educação tem sido utilizado, recentemente, para definir um conjunto de pesquisas que têm como característica principal a busca pela análise espacial de diferentes aspectos do processo educativo, englobando desde questões relacionadas à organização espacial da escola até temas que dizem respeito a espacialidade das políticas educacionais e seus possíveis efeitos sobre a

ampliação / diminuição das desigualdades. Autores como Butler and Hamnet (2007), Holloway (2000), Taylor (2009), Gomes e Serra (2019) e Kučerová, Holloway & Jahnke (2020), em diferentes contextos, têm apresentado contribuições à delimitação do campo da Geografia da Educação, defendendo-o como uma interface entre as pesquisas realizadas em diferentes áreas, tais como Educação, Sociologia, Geografia, Políticas Públicas e entre outras. Em nossa perspectiva, defendida em outros trabalhos, a Geografia da Educação é um campo do conhecimento que se constroi no diálogo entre as pesquisas em educação e geografia que busca problematizar a condição espacial da educação. É com esta perspectiva que buscaremos discutir os dados sobre os cursos de formação docente na modalidade EAD no país, problematizando os possíveis sentidos desta condição.

Em um segundo momento do artigo, apresentamos o processo de seleção e análise dos dados disponíveis no Censo da Educação Superior de 2022, bem como os principais resultados desta investigação e sua relação com as evidências produzidas nas investigações encontradas na revisão da literatura. Por fim, discutimos as implicações dos resultados desta pesquisa, buscando, principalmente, problematizar seus efeitos sobre a formação docente em geografia no contexto contemporâneo.

A EAD como objeto de estudo da Educação e da Geografia: revisão da literatura

A EAD tem se destacado como objeto de estudo, de forma mais sistemática e recorrente, nas pesquisas realizadas no âmbito da Educação. É importante destacar que é vasta a literatura produzida neste campo, cujos primeiros autores e autoras e investigação estão presentes ainda no início dos anos 2000, momento no qual esta modalidade estava começando a ser instaurado na Educação Superior Pública no Brasil. Para os propósitos deste texto, destacamos três trabalhos que têm produzido importantes problematizações acerca do avanço da EAD no Ensino Superior Brasileiro. Os trabalhos escolhidos¹ têm como característica comum um olhar longitudinal para o processo de expansão da EAD e a busca pela problematização dos possíveis efeitos da mesma, em especial, sobre a oferta do Ensino Superior Público e Presencial, temas com os quais buscaremos dialogar no decorrer deste artigo.

O primeiro trabalho que compõe a revisão da literatura foi elaborado por Santos (2018) e analisa a expansão da EAD no contexto do Ensino Superior Brasileiro, buscando contextualizá-la a partir da difusão e fomento da ideia de uma sociedade da informação. Tal ideia, segundo a autora, pode ser interpretada como o substrato ideológico da EAD, sendo que sua construção teórica e sua difusão está diretamente relacionada à atuação de um conjunto de organismos internacionais, com destaque para o papel desempenhado pelo Banco Mundial. A base dos discursos da sociedade da informação está assentada na perspectiva de que, a partir das transformações tecnológicas decorrentes do avanço da informática e dos meios de comunicação em massa, estaríamos diante de um contexto no qual o

¹ Para a revisão da literatura, foram utilizados três descritores: Formação docente – Geografia – EAD. Os descritores foram aplicados em dois portais online de textos acadêmicos: Periódicos CAPES e Google Scholar. Os materiais selecionados foram catalogados em dois grupos: o primeiro referente aos textos produzidos desde o campo da pesquisa em Educação; o segundo, relacionado às pesquisas produzidas na geografia.

conhecimento circularia com mais facilidade, tornando-se acessível a um conjunto cada vez mais amplo de sujeitos. Diante desta aludida democratização do conhecimento produzida pela revolução tecnológica, a EAD seria um caminho quase que “natural” para a organização de novos processos de ensinar e aprender, como parte deste processo que resultaria, ao final, na desinstitucionalização dos espaços escolares e universitários.

Segundo a autora, o discurso da sociedade da informação vem sendo difundido a partir dos documentos publicados pelos organismos internacionais e que buscam definir rumos e trajetórias para o ensino superior em diferentes países do mundo. Por isso, não seria possível analisar o avanço da EAD nas duas últimas décadas sem compreender a função estratégica que esta modalidade de ensino tem cumprido na difusão de uma lógica instrumental e mercantil do conhecimento que ajuda a reforçar padrões de desigualdade, inclusive, de acesso ao próprio conhecimento.

No que se refere a análise dos dados de matrículas na modalidade EAD no período 2005-2015, a autora aponta uma expansão vertiginosa e concentrada. Sobre esta última característica, os dados analisados pela autora indicam que 50% das vagas ofertadas nessa modalidade no período foram em apenas um curso, Pedagogia, o que demonstra a incidência dessa expansão sobre a dinâmica de formação de professores. Ao analisar mudanças recentes na legislação que regulamenta a oferta de cursos EAD no Brasil, a autora aponta o processo de flexibilização da abertura de novos polos de cursos nesta modalidade resultante do decreto 9057 de 2017, publicado durante o governo de Michel Temer. Tal flexibilização dá autonomia para que grupos que dominam o mercado e que concentram a oferta a partir de alguns territórios do país possam estabelecer novos polos sem a necessidade de uma fiscalização detalhada das condições de oferta. Em termos gerais, o decreto significou uma carta branca para a expansão sem fiscalização da EAD no país, o que pode explicar os dados de matriculados e ingressantes nesta modalidade em 2022.

Araújo e Jezine (2021) reforçam a percepção do processo de ampliação rápida e concentrada da EAD no país já indicada pelo estudo de Santos, destacando o papel de alguns grupos empresariais neste processo. Como exemplo, destacam a atuação do Grupo Kroton / COGNA, um dos principais expoentes da Educação Superior Privado no Brasil. Segundo os autores, entre as matrículas ofertadas pelo referido grupo em cursos de graduação e pós-graduação em 2020, 58,5% e 78,5%, respectivamente, eram na modalidade EAD.

Análise semelhante aos dois estudos aludidos anteriormente pode ser encontrada em Giolo (2018). Para o autor, a expansão vertiginosa dos cursos nesta modalidade permite desconstruir a ideia, muitas vezes difundida pelos defensores desta modalidade, de que a EAD é complementar aos cursos presenciais. A análise da dinâmica das matrículas feita por Giolo permite verificar que a EAD se configura, de fato, como uma oferta concorrencial aos cursos presenciais. Além disso, por seu custo mais baixo, sua expansão tem provocado o fechamento de cursos presenciais, ampliando as desigualdades de acesso e a concentração de oferta a partir de uma lógica amplamente financeirizada.

Giolo (2018) também destaca a diminuição da atuação do setor público na oferta de cursos de EAD, acentuada com as medidas de contenção de gasto público colocadas em prática durante o governo de Michel Temer² e levou ao congelamento das despesas em diversas áreas do setor público. Com isso, segundo o autor, estamos diante de uma tendência à privatização total da EAD no país.

Outro elemento de destaque no estudo proposto por Giolo (2018) se refere a análise dos dados relacionados aos concluintes dos cursos na modalidade EAD. Os dados apontam que menos da metade dos estudantes se formam, sendo que muitos desistem ainda nos primeiros meses de cursos. No entanto, o que poderia ser interpretado como um sintoma do fracasso da implementação da modalidade no país pode ser compreendido, na perspectiva do autor, como parte do processo de financeirização da modalidade. Tratar-se-ia, desse modo, de um fracasso “estratégico da EAD”:

Estariamos constituindo no Brasil, uma engrenagem na qual o aluno desistente é peça funcional na engrenagem que financia a EAD? Será esse aluno tão (ou mais) interessante, em termos financeiros, do que o aluno perseverante? (Giolo, 2018, p. 89)

Assim, os trabalhos analisados no âmbito das pesquisas em Educação demonstram a incidência cada vez maior da EAD na dinâmica dos cursos e das matrículas no Ensino Superior no Brasil, indicando o domínio do setor privado neste setor e o reforço de padrões de desigualdade de oferta, decorrente da relação concorrencial e não complementar entre as modalidades EAD e presencial.

No âmbito da geografia, encontramos dois conjuntos de trabalhos³. O primeiro deles se refere a um olhar intracurso, com estudos que têm como principais objetivos a análise da dinâmica pedagógica dos cursos de geografia na modalidade EAD. Entre estes trabalhos, podemos citar Almeida (2015) que realiza uma análise do uso de ferramentas digitais no trabalho dos tutores de geografia em cursos na modalidade EAD; Gama (2021) que foca na atuação dos monitores em cursos EAD de Geografia na Universidade Federal de Alagoas e, por fim, de Dias e Marques (2010) que analisam o perfil dos alunos dos cursos de Licenciatura em Geografia à distância da Universidade Aberta do Brasil, polo UNB. É importante indicar que a maior parte dos trabalhos encontrados na revisão da literatura quando utilizados os descritores de formação de professores – Geografia – EAD podem ser classificados nesta primeira categoria de estudos.

Utilizando os mesmos descritores, encontramos algumas pesquisas as quais consideramos ter uma possível interface com os estudos em Geografia da Educação que, como dissemos na introdução,

² Trata-se, em específico, da Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 que estabelece o Novo Regime Fiscal. Na prática, tal medida resultou no congelamento dos gastos e investimentos públicos por 20 anos.

³ Os trabalhos encontrados no âmbito da geografia, conforme processo de busca anteriormente explicitado, foram categorizados em dois: na primeira categoria, foram incluídas as investigações que tinham com foco principal o entendimento de como se organizavam os cursos de formação docente em geografia em seus aspectos didático-pedagógicos. Na segunda categoria, reunimos os trabalhos que tinham como objetivo construir uma análise da espacialização dos cursos de formação docente no território nacional, em uma certa interface com as pesquisas no âmbito da Geografia da Educação.

têm como foco a análise da condição espacial da educação. Cabe ressaltar que nenhuma delas, no entanto, se denominam como participantes deste campo de pesquisa. Em nossa perspectiva, o que as aproxima deste campo é o tipo de abordagem que realizam, fazendo uso tanto do arcabouço teórico-metodológico como o do instrumental técnico elaborado no âmbito da ciência geográfica para construir uma interpretação que enfatiza a condição espacial dos processos educacionais, neste caso, a EAD e a formação docente em geografia.

O primeiro destes trabalhos foi publicado Fiori (2013) que, em sua tese de doutorado, faz uma análise abrangente das condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil. Cabe ressaltar que o referido trabalho segue o lastro teórico da pesquisa desenvolvida por Santos e Silveira (2000) que pode ser considerada como pioneira na análise da espacialização do ensino superior público no Brasil. Na referida tese, Fiori aborda diferentes características destes cursos, destacando, de um lado, o processo de interiorização das licenciaturas em geografia a partir da década de 10 dos anos 2000. Tal interiorização, apesar das precariedades de condições enfrentadas por muitos cursos, possibilitou a implantação de cursos de formação em territórios descobertos por este tipo de oferta.

Em relação aos cursos de formação docente na modalidade EAD, uma das principais conclusões apresentadas pela autora diz respeito ao fato de que a maioria dos cursos se localizarem em territórios que já contavam com ofertas de cursos presenciais. Tais conclusões reforçam as análises feitas por Giolo (2018) acerca da concorrência e não complementaridade entre os cursos na modalidade EAD e Presencial.

Em trabalho que dialoga com as análises feitas por Fiori (AUTOR, 2019), analisamos o perfil do professor de geografia no Brasil. Para isso, identificamos a formação dos docentes que estavam atuando como professores de geografia no país em 2018. Os dados trazem um panorama preocupante: menos de 50% dos docentes que estavam lecionando geografia em 2018 tinham formação em licenciatura plena na área. Os demais possuíam as mais variadas formações (no total, encontramos 102 formações entre aqueles que estavam lecionando geografia em 2018 no Brasil).

O último trabalho que reunimos neste segundo conjunto de pesquisas não trata especificamente, dos cursos de formação docente em geografia, mas constroi uma análise do processo de interiorização da educação superior no Brasil a partir do Exame Nacional do Ensino Médio e do Sistema de Seleção Unificado (SISU). (TERAMATSU e STRAFORINI, 2022). Os dados analisados no referido estudo indicam que, entre os efeitos do processo de interiorização, está a diminuição das desigualdades espaciais de acesso ao ensino superior no Brasil, criando condições para que os estudantes possam acessar um curso sem a necessidade de longas migrações. Segundo os autores,

Ressaltamos, finalmente, a importância da reorientação das políticas públicas de acesso à educação superior – que mantém umbilical relação com os governos no poder –, que passaram a ter o sentido de promover a igualdade evocada pelo texto constitucional ao tornar os estudantes mais móveis e ao instrumentalizar as regiões com os fixos públicos educacionais, tornando os lugares e as regiões mais acessíveis, amenizando o critério da renda familiar no processo seletivo,

aumentando a eficiência do processo de ingresso no ensino superior e ampliando sua abrangência territorial, com ganhos possíveis, a longo prazo, no que se refere aos processos de desenvolvimento regional (2022, p. 143)

Apesar de os dados analisados se referirem aos cursos presenciais, é importante destacar o processo de interiorização do ensino superior no Brasil como um dos fenômenos recentes de política educacional a serem levados em consideração na análise da expansão na EAD no país. Tal consideração é fundamental, uma vez que um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da expansão da EAD é que a mesma seria ação imprescindível para garantir o acesso ao ensino superior no interior do país. Com o avanço da interiorização por meio de cursos presenciais, principalmente, por meio da oferta pública, criou-se uma situação política que revela, de forma mais explícita, que a oferta do ensino superior está mais diretamente atrelada a uma concepção de política educacional do que a problemas de ordem técnica.

Assim, os trabalhos reunidos nesta breve revisão da literatura indicam a EAD como um objeto de estudo consolidado nas pesquisas em Educação, o que possibilita análises longitudinais da expansão desta modalidade de ensino e seus impactos na Educação Superior no Brasil. Por outro lado, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas nas pesquisas que tratam deste objeto no âmbito da geografia, em especial, aquelas que visam compreender a espacialidade deste fenômeno. É com vistas a enfrentar, parcialmente, estas lacunas que apresentaremos, na próxima seção deste texto, os principais resultados da análise que construímos acerca do avanço da EAD na formação docente em Geografia no Brasil.

O que dizem os dados?

Para a elaboração do conjunto de tabelas e gráficos apresentado a seguir, utilizamos, como fonte, os microdados disponibilizados pelo INEP a partir do Censo da Educação Superior, publicado anualmente. Para o escopo deste texto, trabalhamos com os dados disponíveis para o ano de 2022.

Os dados estão divididos em dois conjuntos: no primeiro, apresentamos um panorama das matrículas na modalidade EAD em todo o país, independente de curso / formação. No segundo, focamos nossa análise nos cursos de formação docente em geografia. Neste segundo conjunto, além dos gráficos e tabelas, produzimos alguns mapas com o intuito de especializar a oferta dos cursos de formação docente em geografia no território brasileiro.

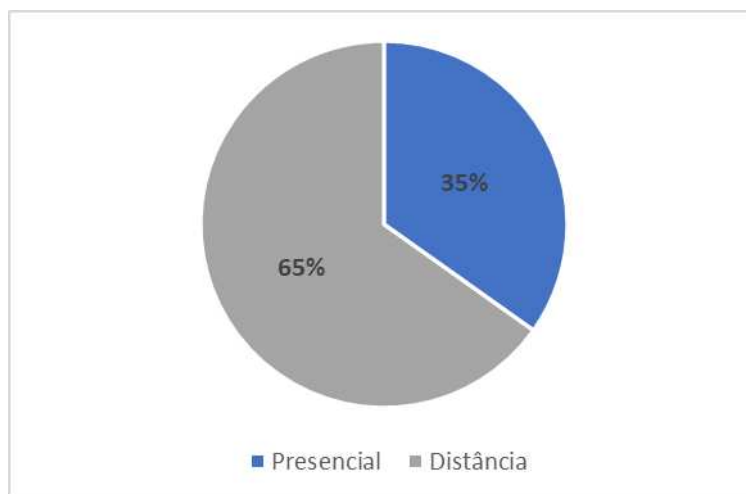
No quadro 1, é possível observar a evolução dos cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância entre os anos de 2012 e 2022. Chama a atenção a variação positiva de mais de 230% nos cursos EAD, ao mesmo tempo em que se constata um decréscimo de cerca de 20% dos cursos presenciais no mesmo período, reforçando as análises realizadas pelas autoras e autores referenciados na primeira parte deste artigo do efeito de concorrência produzida pelos cursos EAD.

Quadro 1: Total de cursos de graduação (presencial e à distância) entre 2012 e 2022

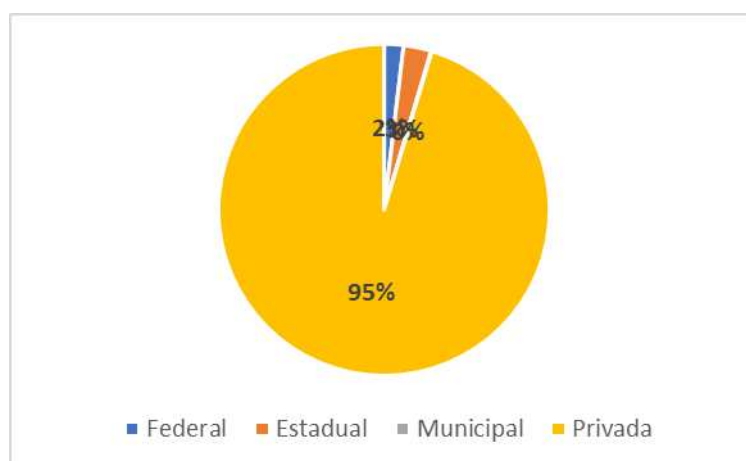
	Presencial	Distância
2012	7613	581
2013	7328	592
2014	7261	595
2015	7004	625
2016	6693	663
2017	6501	771
2018	6419	996
2019	6391	1234
2020	6205	1512
2021	6018	1709
2022	5902	1923
Variação	-22%	231%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Esta ampliação dos cursos na modalidade EAD vem acompanhada de uma expansão das matrículas. Ao olharmos para os dados dos ingressantes em cursos de graduação em 2022 (Gráfico 2), é possível verificar que quase 2/3 deles estão em cursos na modalidade EAD. Do mesmo modo, a tendência à privatização total da EAD apontada por Giolo (2018) está bastante expressa no Gráfico 2, no qual é possível constatar que mais de 90% das matrículas dos ingressantes ocorreram em instituições privadas.

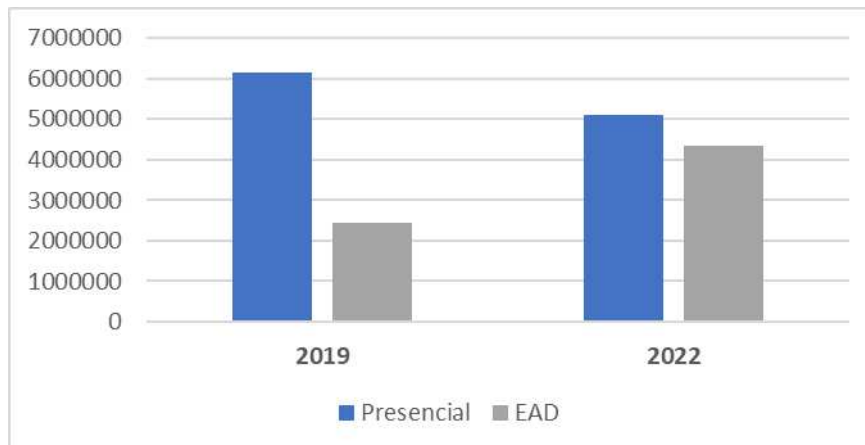
Gráfico 1 - Ingressantes em 2022 por modalidade (%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Gráfico 2 - Ingressantes EAD por Rede Administrativa (%)

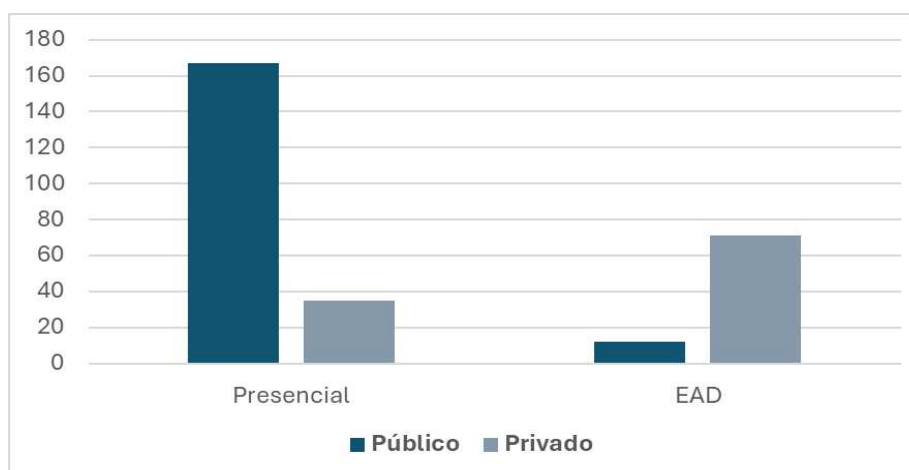
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Como vimos, a literatura consultada aponta um crescimento contínuo da modalidade EAD desde os anos 2000 no Brasil. No entanto, ainda são escassos os estudos que visam analisar os impactos da pandemia da COVID 19 sobre esta expansão. Por isso, elaboramos o gráfico 3 com o intuito de verificar a distribuição das matrículas entres os cursos presenciais e EAD antes e depois do momento mais crítico de isolamento social resultante da pandemia. Os dados indicam uma queda brusca das matrículas presenciais entre 2019 e 2022, ao mesmo tempo em que destaca um crescimento substancial das matrículas na modalidade EAD. Em 2019, a proporção entre matrículas presenciais e EAD era de 78% a 22%. A proporção, em 2022, é de 55% a 45% indicando um possível impacto da pandemia como catalisadora do processo de expansão da EAD no Brasil.

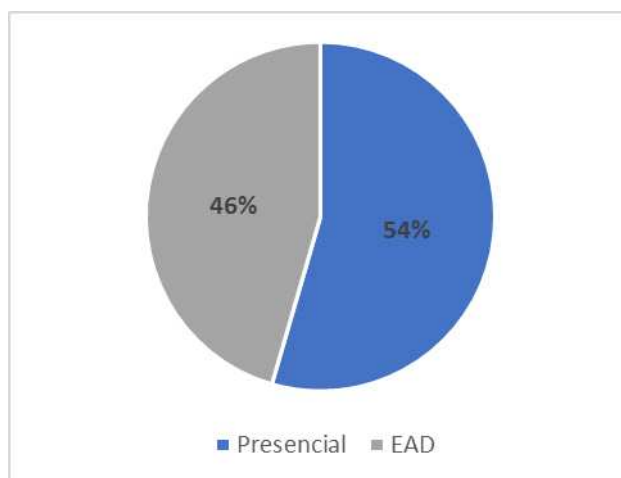
Gráfico 3 - Matrículas por modalidade (2019 e 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Assim, os dados até aqui coadunam com o já exposto na literatura consultada, em especial, as pesquisas no âmbito da educação, indicando que o processo de expansão da EAD continua em ritmo acelerado. A partir disso, passaremos a analisar os dados relacionados aos cursos de formação docente em geografia. No gráfico 4, temos uma visão geral do total de cursos relacionados a esta formação existente no Brasil.

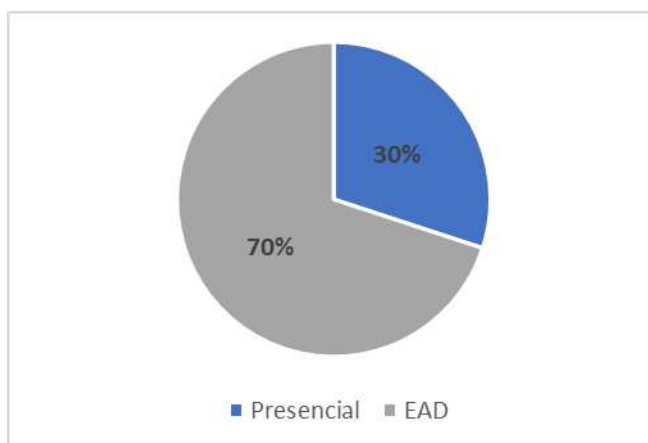
Gráfico 4 - Cursos de Formação Docente em Geografia por modalidade

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Gráfico 5 - Matrículas nos cursos de formação docente em geografia por modalidade (%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Apesar do predomínio das matrículas em cursos presenciais, os dados dos ingressantes em 2022 (Gráfico 6) são semelhantes aos encontrados nos demais cursos abrangidos na coleta feita pelo Censo da Educação Superior, indicando uma predominância do ingresso em cursos na modalidade EAD.

Gráfico 6 - Ingressantes nos cursos de formação docente em geografia por modalidade (%)

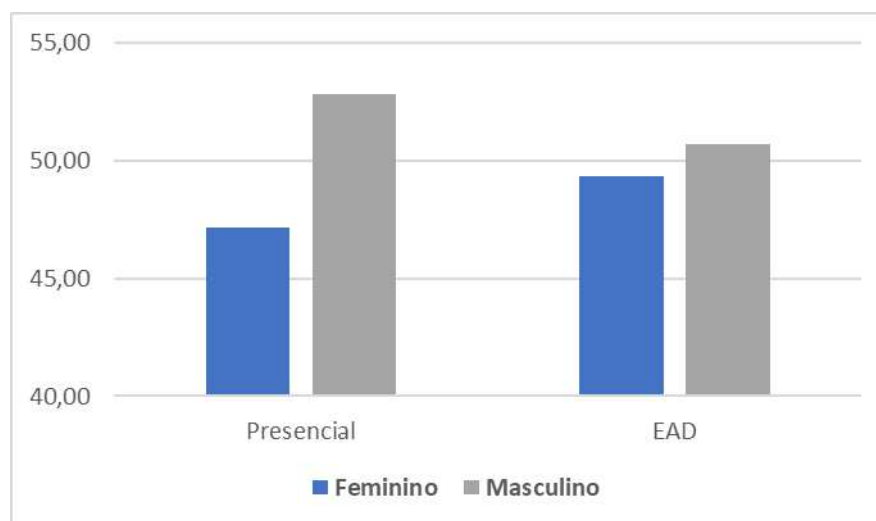
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Esta ampliação dos ingressos nos cursos de formação docente em Geografia na modalidade à distância indica a necessidade de compreender se há diferenças de perfis socioeconômico e racial entre os estudantes ingressantes na modalidade EAD e aqueles que optam pelos cursos presenciais. Dessa forma, os gráficos a seguir trazem um conjunto de dados que podem ajudar na caracterização destes estudantes.

Em relação ao sexo dos matriculados (Gráfico 8), é possível perceber uma maior presença feminina nos cursos EAD, no entanto, sem uma diferença substancial entre o perfil dos estudantes nas duas modalidades. No que concerne ao perfil etário (Gráfico 9), fica evidente uma maior participação de jovens recém egressos do Ensino Médio nos cursos presenciais, enquanto predomina, nos cursos EAD, estudantes com idades entre 35 e 49 anos. Tal predomínio pode indicar, entre outras coisas, o curso EAD como segundo graduação ou a possibilidade de ingresso no ensino superior para aqueles que não puderam finalizar os estudos no Ensino Médio na idade adequada.

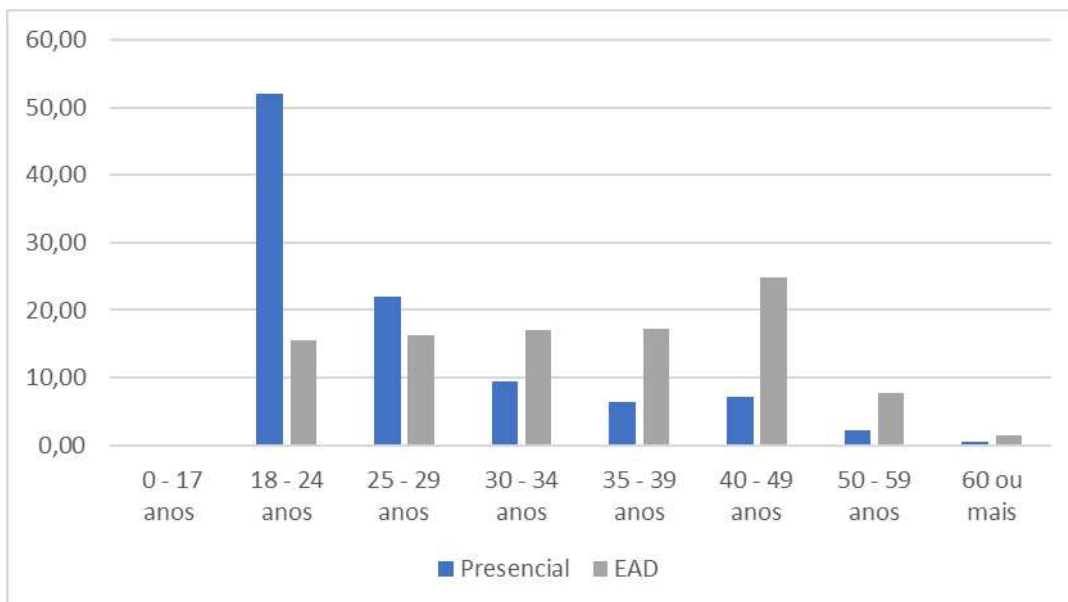
Em relação ao perfil racial (Gráfico 10), é possível verificar que há uma maior presença de estudantes autodeclarados brancos nos cursos na modalidade EAD, enquanto na modalidade presencial predominam os estudantes autodeclarados pardos. Tais dados, entre outras coisas, pode indicar os efeitos da adoção das cotas sociais e raciais nos processos seletivos para o ingresso nos cursos presenciais nas universidades públicas brasileiras, demonstrando a importância desta medida no processo de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro.

Gráfico 8 - Matrículas nos cursos de formação docente em geografia por sexo (%)



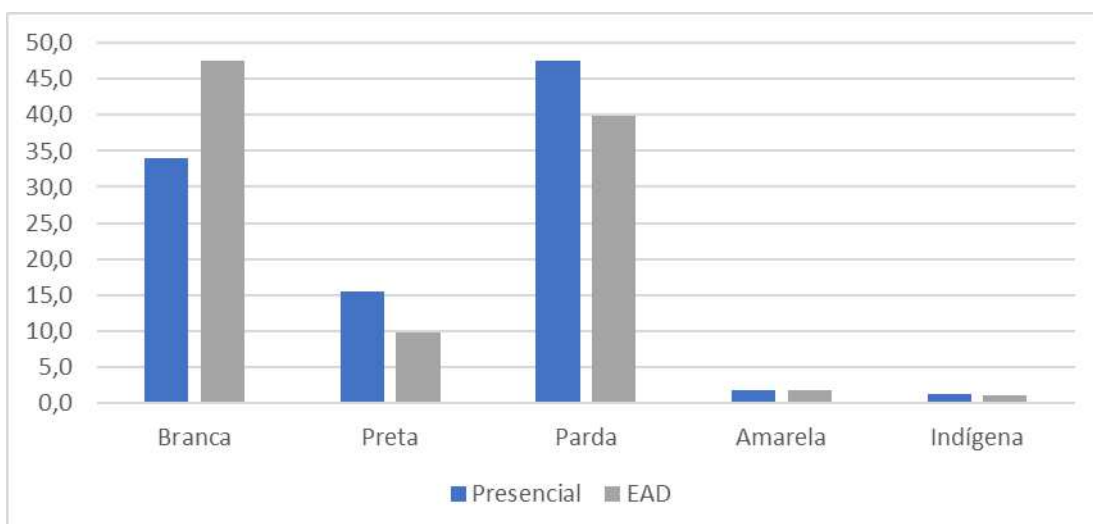
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Gráfico 9 - Faixa etária dos matriculados nos cursos de formação docente em geografia (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Gráfico 10 - Declaração racial dos matriculados nos cursos de formação docente em geografia (%)



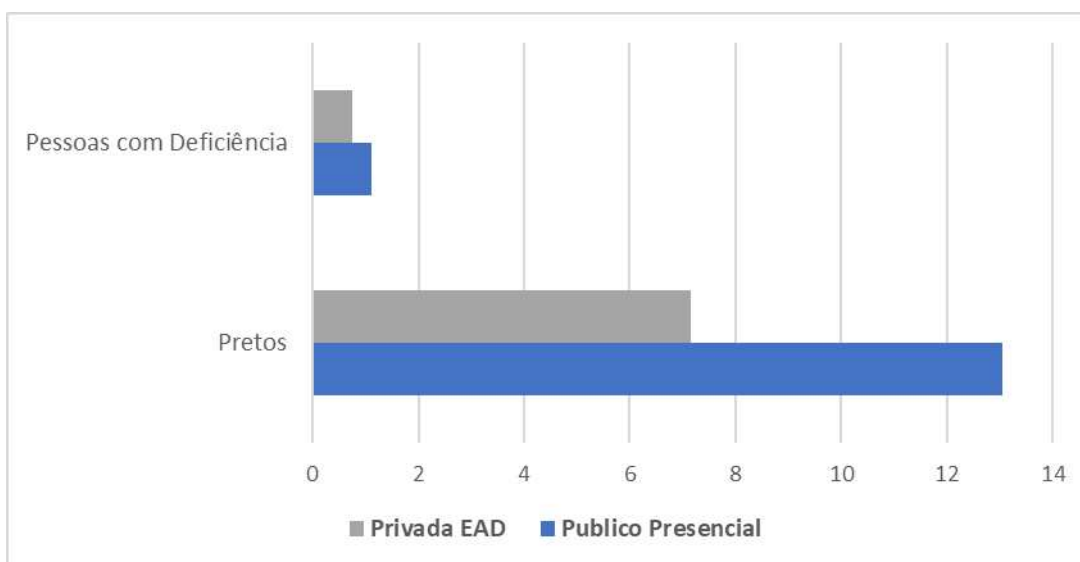
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Um dos principais argumentos daqueles que defendem a EAD é que esta modalidade de ensino seria uma importante estratégia a ser adotada para a ampliação do acesso ao ensino superior às populações mais vulneráveis. No entanto, os dados anteriores indicam que, no caso dos cursos de

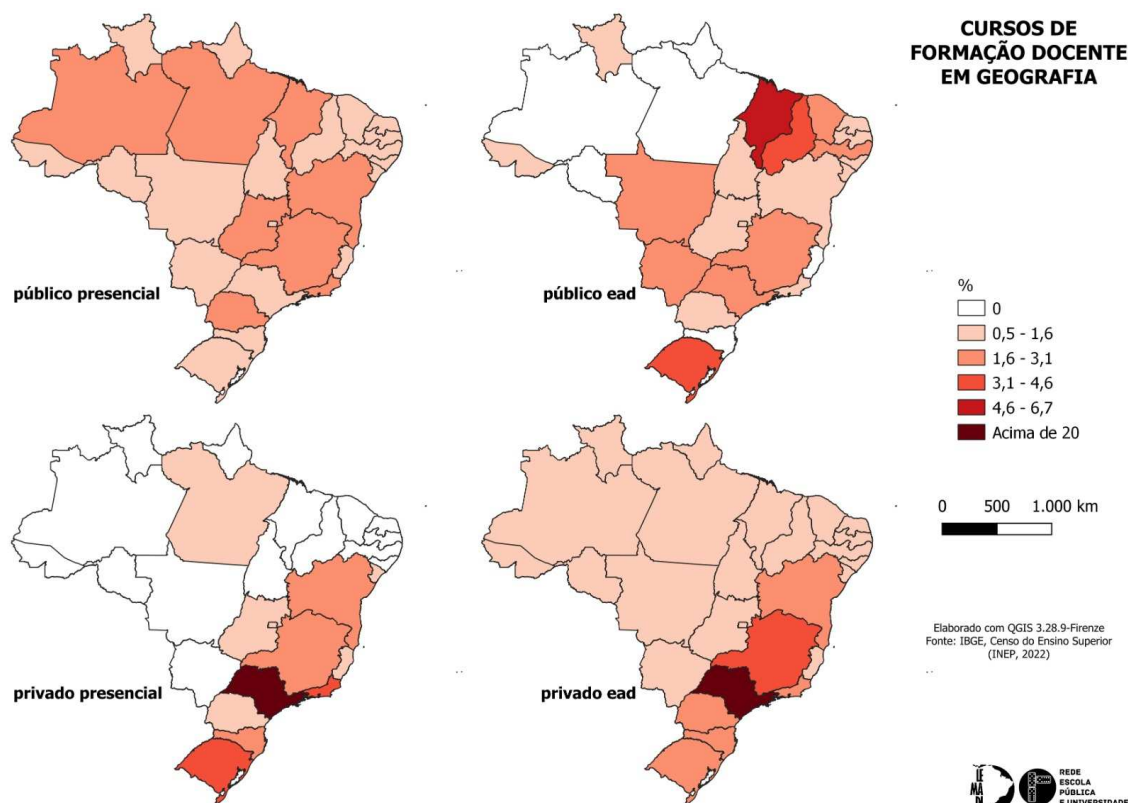
licenciatura em geografia, isto pode não ser condizente com a realidade. Com o intuito de verificar de maneira mais específica tal questão, selecionamos duas variáveis (pessoas com deficiência e pessoas autodeclaradas pretas) e comparamos a presença destes dois grupos entre os estudantes matriculados em cursos de formações docente em geografia presencial e EAD. Os dados disponíveis no Gráfico 11 indicam que, em ambas as variáveis, há maior presença de estudantes nos cursos presenciais, o que pode ser interpretado como um indício de que tais cursos teriam maior impacto na ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil.

Tal ampliação pode ser compreendida também quando realizamos a espacialização dos cursos de formação docente em geografia no Brasil. Para tal espacialização, categorizamos os cursos em 4 tipo (presencial público, presencial privado, EAD público e EAD privado). A figura 1 apresenta os mapas resultantes desta espacialização:

Gráfico 11 - Matrículas nos cursos de formação docente em Geografia (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Figura 1 - Distribuição dos cursos de formação docente em geografia no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INEP (2022)

Os mapas indicam um padrão de espacialização dos cursos privados, tanto na modalidade presencial quanto EAD, que reforça os processos de concentração espacial característicos da formação socioespacial brasileira. Nos dois casos, a maior concentração da oferta de cursos de formação docente em geografia se dá naquilo que Santos e Silveira (2008) denominaram de Região Concentrada, a que possui a maior concentração (de bens, população, tecnologias, acessos etc.). Dessa forma, é possível afirmar que a lógica que conduz o processo de espacialização da EAD privada no Brasil é a mesma que sustenta a expansão do ensino presencial privado, ou seja, pautada menos no direito e na busca pela equidade de acesso e oportunidades e mais na lógica mercantil que rege os interesses dos grupos e conglomerados que tem dominado este setor no país. Com isso, reforça-se o que apontou Santos (1993, p. 116): “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem”.

Por outro lado, é importante destacar que o padrão de distribuição espacial mais equânime é aquele encontrado entre os cursos presenciais públicos de formação docente em geografia. São estes

cursos que alcançam uma abrangência nacional, estando distribuídos de maneira mais equitativa entre os diferentes estados brasileiros. Tal espacialização pode ser interpretada como resultado do processo de interiorização do ensino superior público no Brasil, resultante de políticas colocadas em vigor nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, cujos alguns dos resultados foram analisados nos trabalhos de Fiori (2013) e Teramatsu e Straforini (2021) citados anteriormente. Assim, é possível afirmar que o ensino superior público se constitui, especialmente, como um processo estratégico de ampliação do acesso do ensino superior público no Brasil.

Há outras dimensões de análise desta diferença de espacialização expressa na imagem 1 que fogem ao escopo deste artigo. Gostaríamos, no entanto, de fazer destaque para uma delas que diz respeito à maior territorialização dos projetos políticos pedagógicos dos cursos públicos presenciais em comparação com a EAD privada. Como vimos, a maior parte dos cursos EAD está localizada nas regiões mais ricas do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde também estão localizadas as sedes dos principais conglomerados de ensino superior privado no Brasil. Isso significa que é a partir dali que são produzidos os materiais que servirão de mediação didático pedagógica para as ações a serem desenvolvidas nos cursos de formação docente em geografia espalhados por diferentes polos em diversos estados brasileiros. Desse modo, os projetos pedagógicos ali propostos são extensões daquilo que é pensado em outro lugar, muitas vezes sem diálogo com os contextos socioespaciais nos quais estão os diferentes sujeitos destes cursos, incentivado, inclusive, pelo decreto 9057 de 2017 que dá autonomia aos cursos para a abertura de novos polos. Ao contrário, nos casos dos cursos públicos presenciais, o que temos visto é um profundo diálogo com os contextos nos quais as universidades estão inseridas e nas quais são também agentes de produção espacial. Com isso, tais cursos refletem uma maior diversidade da formação docente em geografia, compreendendo as características regionais e locais como fundamentais na ação e na formação de professores nesta área.

Diante desta diferença, consideramos bastante temerosos os dados aqui apresentados que demonstram uma incidência cada vez maior dos cursos privados na modalidade EAD na formação docente em Geografia. Se consideramos, como apontou Giolo (2018) que se trata de uma lógica concorrencial e não complementar, estaríamos diante do risco de uma mudança na distribuição dos cursos de formação docente em geografia, diminuindo sua equidade espacial, com efeitos sobre o próprio sentido político pedagógico desta formação?

Considerações Finais

Como vimos, ainda são escassos os estudos sobre a expansão da EAD nos cursos de formação docente em Geografia no Brasil. Tal escassez, no entanto, como tentamos demonstrar neste texto, não resulta da falta de importância deste processo no atual contexto brasileiro, o que indica a possibilidade e a necessidade da construção de uma agenda de pesquisa sobre o tema a ser colocada em prática nos próximos anos.

No que concerne ao escopo deste texto, os dados apresentados indicam, em consonância com a literatura consultada, uma crescente expansão da oferta de cursos EAD no país, com o predomínio quase absoluto da iniciativa privada no gerenciamento desta oferta. Tal predomínio também é encontrado nos cursos EAD de formação docente em Geografia que tem ampliado sua participação no total de matrículas como indicam os dados de ingressantes em 2022.

Do ponto de vista do perfil e dos impactos sobre o processo de democratização do ensino superior no país, não é possível indicar que os cursos de formação docente em geografia na modalidade EAD atingem estudantes mais vulneráveis. Ao contrário, os dados preliminares indicam que tais estudantes estão em maior número nos cursos cuja oferta é presencial e pública.

No que se refere a espacialização dos cursos de formação docente em geografia, verificamos um padrão de concentração espacial nos cursos privados, tanto na modalidade EAD quanto presencial, indicando que a lógica de distribuição espacial destes cursos está assentada na perspectiva mercantil. A maior equidade espacial foi encontrada na distribuição dos cursos presenciais públicos, o que pode ser compreendido como resultado do processo de interiorização do ensino superior no Brasil, o que coaduna com as evidências apresentadas em outros estudos citados neste trabalho.

Portanto, esta primeira aproximação com o tema da EAD e a formação docente em geografia indica a importância da análise deste processo em curso no país, em especial, dos seus possíveis desdobramentos sobre a oferta dos cursos presenciais e a própria dinâmica da formação docente nesta área.

Referências

DE ALBUQUERQUE GAMA, Livia Thaysa Santos et al. *Monitoria acadêmica: uma experiência no Curso de Licenciatura em Geografia EaD/UFAL*. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 7, n. 1, 2021.

DE ALMEIDA, RICARDO SANTOS. *A importância das ferramentas, recursos e mídias na formação continuada de tutores de Geografia na EaD*. Revista Urutágua, n. 32, 2015.

DIAS, Simone Silva et al. *O PERFIL DO ALUNO DE EAD. ESTUDO DE CASO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA A DISTÂNCIA DA UAB/UNB*. Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território/Electronic Magazine: Time-Technique-Territory, v. 1, n. 3, 2010.

FIORI, Vivian. *As condições dos cursos de licenciatura em Geografia no Brasil: uma análise territorial e de situação*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GIOLO, Jaime. *Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 1, p. 73-97, 2018.

GOMES, Marcus Vinicius; SERRA, Enio. *Por que falar sobre Geografia da Educação?*. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 7-21, 2019.

HANSON-THIEM, C. *Thinking through education: the geographies of contemporary educational restructuring*. Progress in Human Geography. N. 33, 2009.

HOLLOWAY, Sarah L.; VALENTINE, Gill. *Spatiality and the new social studies of childhood*. Sociology, v. 34, n. 4, p. 763-783, 2000.

KUČEROVÁ, S. R, HOLLOWAY, S. & JAHNKE, H. *The Institutionalization of the Geography of Education: An International Perspective*. Loughborough University. <https://hdl.handle.net/2134/12681809.v1>. 2020.

SANTOS, CATARINA DE ALMEIDA. *Educação Superior a Distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 1, p. 167-188, 2018.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. 2000.

TAYLOR, C. *Towards a geography of education*, Oxford Review of Education, 35:5, 651-669, 2009.

TERAMATSU, Gustavo; STRAFORINI, Rafael. *Do Enem ao Sisu: cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil*. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Eduardo Donizeti Giroto - Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia (2005), Mestrado (2009) e Doutorado (2014) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, na área de Estágio Supervisionado e Ensino de Geografia. Coordena o Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMADI, onde desenvolve pesquisas sobre Geografia da Educação. É coordenador do projeto Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo e do Subprojeto Residência Pedagógica do Departamento de Geografia da USP.

E-mail: egiroto@usp.br